

Expediente

PRESIDENTE:

Renato Henry Sant'Anna
(Amatra 15/Campinas e Região)

VICE-PRESIDENTE:

Paulo Luiz Schmidt
(Amatra 4/RS)

SECRETÁRIO-GERAL:

Fabrcio Nicolau dos Santos Nogueira
(Amatra 9/PR)

DIRETOR ADMINISTRATIVO:

João Bosco de Barcelos Coura
(Amatra 3/MG)

DIRETOR FINANCEIRO:

Gilberto Augusto Leitão Martins
(Amatra 10/DF e TO)

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:

Cléa Maria Carvalho do Couto
(Amatra 1/RJ)

DIRETOR DE PRERROGATIVAS E ASSUNTOS JURÍDICOS:

Vitor Leandro Yamada
(Amatra 14/RO)

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS:

Germano Silveira de Siqueira
(Amatra 7/CE)

DIRETOR DE FORMAÇÃO E CULTURA:

Narbal Antônio de Mendonça Fileti
(Amatra 12/SC)

DIRETOR DE EVENTOS E CONVÊNIOS:

André Machado Calvancanti
(Amatra 13/PB)

DIRETOR DE INFORMÁTICA:

Valter Souza Pugliesi
(Amatra 19/AL)

DIRETORA DE APOSENTADOS:

Terezinha Célia Kineipp Oliveira
(Amatra 10/DF e TO)

DIRETOR DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS:

Sandra Miguel Abou Assali Bertelli
(Amatra 2/SP)

CONSELHO FISCAL:

Viviane Maria Leite de Faria (Amatra 5/Bahia),
Luciana Paula Conforti (Amatra 6/Pernambuco),
Leonardo Ely (Amatra 24/Mato Grosso do Sul);

SUPLENTE:

Adib Pereira Netto Salim
(Amatra 17/Espírito Santo)

CORRESPONDÊNCIAS:

SHS Qd 06 BI E Conj A Salas 602/608
Brasília/DF CEP: 70316-000

NA INTERNET: **www.anamatra.org.br**

CONTATO: (61) **3322.0266 / 3321.7388**

imprensa@anamatra.org.br

REDAÇÃO, EDIÇÃO E JORNALISTAS RESPONSÁVEIS:

Mariana Monteiro (7859/DF)

Viviane Dias (22651/RJ)

MARKETING: **Adriana Zetula**

DIAGRAMAÇÃO:

Clarissa Teixeira / Forma e Conteúdo

FOTOS DESTA EDIÇÃO:

Arquivos Anamatra, OIT, STF, TST, CNJ,
Amatras e entidades parceiras

IMPRESSÃO:

Gráfica Charbel

TIRAGEM:

1.100 exemplares



Carta ao Associado

Caros colegas,

O ano de 2012 foi de muito trabalho para o movimento associativo. O Jornal Anamatra Retrospectiva traz um breve resumo das atividades encampadas por nossa entidade durante esse ano, seja na defesa dos direitos e prerrogativas da magistratura, seja na luta incansável pela efetivação e preservação do Direito do Trabalho. São lutas, colegas, que dizem respeito não apenas à nossa entidade, mas a todo o conjunto da sociedade e aos Três Poderes da República.

Um dos grandes problemas que enfrentamos no ano que se passou foi o desrespeito à Constituição Federal, que garante a revisão anual de nossos subsídios. Ouso dizer que até mesmo o princípio basilar do Direito da separação entre os Poderes restou ferido pela inércia do Poder Legislativo e pela atuação economicista do Poder Executivo no trato do orçamento federal. Mas a valorização de nossa carreira é uma luta que não deixaremos de travar diariamente, sempre com a ajuda tão fundamental dos colegas de nossa diretoria, das Amatras, da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público e dos milhares de juízes de todo o Brasil. Estou certo de que, com o empenho de todos, podemos construir uma alternativa que efetive uma política remuneratória verdadeira para a magistratura brasileira.

A campanha "Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado" foi outro destaque do ano que passou. Fomos às comunidades mostrar à sociedade um pouco mais do trabalho de nós, juízes. Colocamos em prática o nosso ofício, saímos de nossos gabinetes e mostramos que onde houver um trabalhador e um empregador, o juiz do Trabalho estará presente com o compromisso de concretizar os direitos sociais de todos. Diversas capitais receberam a campanha, que ganhou as ruas com o esclarecimento de dúvidas a respeito da legislação trabalhista, distribuição de cartilhas e veiculação de material em vários tipos de mídia.

Em outra seara, a dos direitos trabalhistas e humanos, destaca-se a atuação da nossa entidade contra a flexibilização, a terceirização desenfreada e várias manobras encampadas durante o ano e que vão de encontro ao respeito à classe trabalhadora do Brasil. Não podemos cruzar os braços e simplesmente aceitar que os direitos trabalhistas, conquistados no decorrer de décadas de luta, sejam ceifados em detrimento de uma preocupação eminentemente mercadológica. Não é esse o desenvolvimento que nosso país deve buscar. Importante aqui também registrar a atuação da Anamatra pela erradicação do trabalho escravo e em favor dos trabalhadores domésticos, assuntos que evoluíram no Congresso Nacional.

Também podemos afirmar que 2012 foi um ano de intensa troca de ideias e experiências entre os colegas associados à Anamatra. Realizamos o 16º Conamat, em João Pessoa, os Jogos Nacionais da Anamatra, em Foz do Iguaçu (PR), o Encontro de Aposentados, no Rio de Janeiro (RJ), e participamos de tantos outros eventos realizados pelas Amatras. Foram momentos, colegas, que pudemos não apenas extrair lições para uma melhor prestação jurisdicional para a sociedade, mas também compartilhar momentos de descontração e coleguismo.

Temos consciência de que o ano de 2013 será de ainda mais trabalho, tanto para nossa gestão que se finda no mês de maio, quanto para os colegas que estarão à frente da nossa entidade até o ano de 2015. Que o movimento associativo mantenha-se firme na sua atuação em defesa do respeito das prerrogativas da nossa classe, bem como na garantia e preservação dos direitos trabalhistas.

Um ótimo ano a todos!

Renato Henry Sant'Anna

Presidente da Anamatra

VALORIZAÇÃO DA MAGISTRATURA

O ano de 2012 foi marcado por intensa atuação e mobilização da Anamatra pela valorização da magistratura. Entre as ações encampadas pela associação esteve a paralisação das atividades dos juizes do Trabalho e Federais nos dias 7 e 8 de novembro e a não participação na Semana da Conciliação do Conselho Nacional de Justiça. O movimento, deflagrado pela Anamatra em parceria com a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), teve adesão de cerca de 90% dos magistrados do Trabalho em todo o Brasil. O objetivo foi chamar a atenção para a desvalorização da carreira, que sofreu perdas remuneratórias de cerca de 30% desde 2005, quando foi implantado o subsídio em parcela única.



Semana sem conciliação

7 a 14 de novembro de 2012

Não existe conciliação sem justiça igual para todos.

Desde 2006, os juizes da União tiveram apenas 9% de reposição de inflação.

Os nossos salários perderam quase 30% do valor real.

Como ato de protesto, a magistratura da União não participará da Semana Nacional de Conciliação, realizada pelo CNJ.

Os Poderes da República devem dar resposta aos magistrados, cumprindo a Constituição Federal.

Juiz também tem direitos!

AJUFE
Associação dos Juizes Federais do Brasil
www.ajufe.org.br

ANAMATRA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
www.anamatra.org.br



Destaques



Destaques



Diversas audiências foram realizadas durante o ano nesse sentido, entre elas com o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves, com líderes partidários, com o então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ayres Britto, e o senador José Sarney (PMDB-AP), presidente do Senado Federal. O Advogado-Geral da União, Luís Inácio Lucena Adams, também recebeu os magistrados em audiências durante o ano de 2012.

Destaques

ATUAÇÃO DO CNJ E NO STF

Ainda na seara da atuação pela valorização da magistratura, a Anamatra protocolou, no dia 13 de novembro, pedido de providências no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) visando à preservação da autonomia e independência do Poder Judiciário, bem como a efetivação dos direitos, prerrogativas e garantias previstos no Estatuto da Magistratura, especialmente no que diz respeito ao aspecto orçamentário, o que inclui o reajuste dos subsídios.

No STF, a entidade, em parceria com a Ajufe e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), ingressou com Mandado de Segurança, no dia 17 de setembro, com pedido de liminar, requerendo que fosse contemplada a proposta do Poder Judiciário pertinente à revisão anual dos subsídios dos ministros do STF na proposta de Lei Orçamentária de 2013. Apesar de todo o esforço da magistratura, o reajuste dos subsídios foi feito com base na proposta do Poder Executivo – 15% parcelado em três anos.



MINISTRO AYRES NO CONSELHO DA ANAMATRA



O ministro Ayres Britto recebeu os magistrados durante várias ocasiões no ano de 2012. O destaque ficou para a visita do então presidente do STF, no dia 29 de agosto, durante a reunião do Conselho de Representantes da Anamatra. No encontro, os magistrados entregaram ao ministro um abaixo-assinado contendo mais de duas mil assinaturas de juízes do Trabalho de todo o Brasil, ressaltando problemas como a necessidade de uma política remuneratória racional e efetiva, a falta de segurança para os magistrados e a necessidade da preservação da previdência pública.

ANAMATRA E OIT RENOVAM CONVÊNIO

A Anamatra e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) renovaram, em maio, por tempo indeterminado, acordo de cooperação com o objetivo de estabelecer relações de cooperação e informação sobre matérias atinentes às normas internacionais do trabalho. O termo prevê ações conjuntas para promoção de iniciativas que efetivem uma agenda de trabalho decente para homens e mulheres, através do fortalecimento do diálogo social e do respeito aos princípios e direitos fundamentais no trabalho. O protocolo foi assinado pelo presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, e pela diretora do departamento de normas da OIT, Cleopatra Dumbia-Henry, que esteve no Brasil participando de evento no Tribunal Superior do Trabalho (TST), apoiado pela Anamatra (*leia mais na página 38*).



TRABALHO ESCRAVO

A atuação da Anamatra pela erradicação do trabalho escravo também foi destaque no ano de 2012, em especial a mobilização pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/2005, que mereceu atenção prioritária da entidade e demandou intensa atividade no Congresso Nacional. A proposta, aprovada pela Câmara dos Deputados no dia 22 de maio, permite a expropriação de imóveis rurais onde a fiscalização encontrar a exploração de trabalho escravo, destinando-os à reforma agrária. No dia 16 de maio, o presidente da Anamatra participou de reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a in-

vestigar a exploração da prática. Na ocasião, Renato Sant'Anna manifestou a sua preocupação com a punição do trabalho escravo na esfera penal problema que, segundo ele, poderia ser sanado com a aprovação da PEC 327/2009. A proposta confere à Justiça do Trabalho a competência penal, em especial em relação aos crimes contra a organização do trabalho, aos decorrentes das relações de trabalho, sindicais ou do exercício do direito de greve, à redução do trabalhador à condição análoga a de escravo, aos crimes praticados contra a administração da Justiça do Trabalho e a outros delitos que envolvam o trabalho humano.



Destaques



Destaques



Destaques

CONAMAT



Mais de 800 congressistas, entre eles cerca de 600 juizes do Trabalho, reuniram-se durante quatro dias em João Pessoa (PB) no 16º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. O maior evento científico da magistratura do Trabalho fez uma reflexão sobre o papel do juiz na nova sociedade. A Assembleia Geral do 16º Conamat aprovou 74 teses. A intensa atividade científica contabilizou ainda a realização de três conferências e sete painéis temáticos. Entre as autoridades presentes estiveram os ministros Ayres Britto e João Oreste Dalazen.





JOGOS NACIONAIS DA ANAMATRA

Foi realizada de 31 de outubro a 3 de novembro, em Foz do Iguaçu (PR), a oitava edição dos Jogos Nacionais da Anamatra. Cerca de 300 juizes do Trabalho e seus familiares participaram de competições de corrida, futebol, vôlei de praia, tênis, tênis de mesa, dominó, xadrez, tiro esportivo e natação. O evento foi organizado pela Anamatra e pela Amatra 9 (PR).



Destaques

CAMPANHA ANTICORRUPÇÃO



Dirigentes da Anamatra e juízes do Trabalho de diversas regiões do país estiveram no dia 28 de agosto na Câmara dos Deputados para protocolar duas sugestões de projetos de lei para combater e inibir a prática de corrupção no país. Os projetos dobram as penas mínimas de crimes relacionados à corrupção e alteram as leis que tratam do Sistema Tributário Nacional e do Sigilo das Operações Financeiras. A ação dos magistrados faz parte da campanha "Anamatra no combate à corrupção", também lançada no mesmo dia. Os projetos, que receberam os números SUG 51/12 e SUG 52/12, foram objeto de diversos encontros dos magistrados com parlamentares.



101ª CONFERÊNCIA DA OIT



Elaborar uma recomendação sobre um piso de proteção social. Esse foi o tom das discussões da 101ª Conferência Internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que aconteceu de 30 de maio a 14 de junho em Genebra (Suíça) e contou com a participação de dirigentes da Anamatra. O presidente da entidade, Renato Henry Sant'Anna, o vice-presidente, Paulo Schmidt, e o secretário-geral da entidade, Fabrício Nogueira, participaram do evento como integrantes da delegação brasileira, a convite do Governo Federal.

Destaques

AMIANTO



O juiz Rossifran Souza (Amatra 10/DF e TO) representou a Anamatra na noite do dia 18 de maio em audiência com o então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Ayres Britto. Juntamente com representantes da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), além dos advogados das entidades, o grupo discutiu ações ajuizadas na Suprema Corte que pedem o banimento do amianto no Brasil.

A Anamatra, em parceria com a ANPT, é autora da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4066, que pede a revogação do artigo 2º da Lei Federal 9.055/95 e está sob a relatoria do ministro Ayres Britto. Para as entidades, o referido dispositivo viola a Constituição Federal ao permitir a exploração comercial e industrial do amianto branco (crisotila), cuja lesividade à saúde humana, mesmo em parâmetros controlados, é notoriamente constatada por estudos científicos.

ELEIÇÕES DIRETAS



A possibilidade da eleição do presidente e do vice-presidente dos Tribunais Regionais do Trabalho ser feita de forma direta pelo voto direto dos magistrados efetivos de primeiro e segundo graus começou a ser discutida na tarde do dia 18 de abril no Espírito Santo. A sessão do pleno que discutiu a matéria foi acompanhada pelo presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, que teve a palavra para defender a posição histórica da entidade. Para o magistrado, apesar do pleito, bandeira da Anamatra, não ter obtido êxito, a própria discussão do assunto já representa um avanço.

Histórica defensora de um modelo teórico constitucional de independência da magistratura, jurisdicional e funcional, a Anamatra sempre atuou no sentido de que a escolha dos dirigentes dos tribunais fosse feita por toda a magistratura. Exemplo dessa atuação foram as sugestões feitas pela entidade à segunda etapa da reforma do Judiciário em 2005, por meio da PEC 358/2005.

Outra proposta neste sentido, acompanhada prioritariamente pela Anamatra, é a PEC 08/2012, que prevê especificamente as eleições diretas nos tribunais.

PREVIDÊNCIA

A defesa da previdência pública foi outra prioridade de atuação legislativa da Anamatra no ano de 2012. Nesse aspecto, a Anamatra acompanhou toda a tramitação do projeto que instituiu o Funpresp. Além de emitir notas públicas e se reunir com parlamentares, ministros de Estado e do STF, a entidade participou de diversas audiências públicas que debateram o tema na Câmara e no Senado Federal.

Com a aprovação da proposta, a entidade ingressou, no dia 28 de novembro, no STF com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), com pedido de medida cautelar, contra o art. 1º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, no ponto em que alterou a redação do §15 do art. 40 da Constituição

Federal, bem ainda contra a Lei nº 12.618/ 2012, na parte que autorizou a criação de entidade fechada de previdência complementar do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis ocupantes de cargo efetivo, incluindo os membros do Poder Judiciário. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) também foi signatária do pedido.

Na ADI, que recebeu o nº 4885 e foi distribuída ao ministro Marco Aurélio, as duas entidades alertam para o fato de o dispositivo da Emenda 41 ter afastado a exigência de uma lei complementar para dispor sobre o regime de previdência complementar de natureza pública, tal como previsto na redação originária dada pela EC n. 20/98.



Destaques

DEFESA DO CNJ

Defender o papel institucional do Conselho Nacional de Justiça foi uma das prioridades da Anamatra durante o ano de 2012. Além de emitir notas públicas, reunir-se com autoridades e participar de atos públicos, o vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt, participou, no dia 28 de fevereiro, de audiência pública realizada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal com a presença da então Corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon.

A entidade, dentre todas as entidades associativas nacionais representantes da magistratura, foi a única associação de âmbito nacional a defender, publicamente, a criação do Conselho e a sua importância como instrumento de democratização e transparência do Poder Judiciário, inclusive perante o Supremo Tribunal Federal, quando sua constitucionalidade foi questionada em 2005.



JUIZ DO TRABALHO: SEMPRE AO SEU LADO

Onde houver um trabalhador e um empregador, o Juiz do Trabalho estará presente, com o compromisso de concretizar os direitos sociais de todos. Com esse tom a Anamatra lançou, em 2012, a campanha “Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado”. O lançamento aconteceu no Rio de Janeiro, no Complexo do Alemão, e a campanha continuou nas cidades de Salvador (BA), São Paulo (SP) e Campinas (SP). Durante as ações, juízes tiraram dúvidas da

comunidade a respeito da legislação trabalhista e distribuíram exemplares da Cartilha do Trabalhador em Quadrinhos, entre outras publicações. A campanha também utilizou para a divulgação mídias em ônibus, elevadores, ruas (outdoors), além do hotsite www.sempreaoseudado.com.br, onde foram disponibilizadas informações sobre a iniciativa e vídeos com esclarecimento de dúvidas sobre Direito do Trabalho.



Destaques

FLEXIBILIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO

Alertar para as tentativas de flexibilização e precarização do trabalho foi outro destaque da atuação da Anamatra em 2012. Nesse sentido, a entidade reuniu-se com diversos parlamentares, entregou notas técnicas, divulgou notas públicas, além de participar de audiências públicas sobre o tema. Parlamentares também visitaram a sede da entidade no dia 28 de fevereiro para discutir os temas. Entre os exemplos da precarização apontados pela Anamatra estiveram: a reforma da CLT (proposta do Governo Federal), a regulamentação da terceirização, o projeto do Simples Trabalhista e acordo coletivo de finalidade específica.





No dia 21 de novembro, dirigentes da entidade debateram os temas em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Nos dias 27 de novembro, 4 e 6 de setembro e 4 de abril a participação da entidade foi em audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal .



Destaques



Em São Paulo, no dia 16 de agosto, Schmidt participou do seminário 'Precarização do Trabalho: desafios e perspectivas'. No dia 10 de abril, foi a vez do presidente da Anamatra participar do seminário "A terceirização à luz da Constituição Federal e dos Tratados e Convenções Internacionais" promovido pela Associação Latino-Americana de Advogados Trabalhistas. Em Salvador (BA), o diretor de Assuntos Legislativos, Germano Siqueria, participou de audiência pública sobre a terceirização, promovida pelo Ministério Público do Trabalho e a Amatra 5 (BA).



No mesmo sentido, a Anamatra atuou pela rejeição do Projeto de Lei nº 951/11, que cria o Programa de Inclusão Social do Trabalhador Informal, com o objetivo de gerar empregos formais nas micro e pequenas empresas – o chamado Simples Trabalhista. Audiência foi realizada no mês de junho na Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio da Câmara ocasião em que a entidade alertou para o fato de a proposição afrontar a Constituição Federal, que diz que os direitos do trabalhador devem priorizar a melhoria das condições de vida do cidadão.

DESPEDIDA AYRES NO CNJ



No dia 13 de novembro, durante a última sessão como presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o ministro Ayres Britto defendeu a independência do Poder Judiciário. O discurso do ministro foi antecedido de homenagens, entre elas a do presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, que agradeceu ao ministro os tempos de intenso diálogo. O magistrado também lembrou a presença do ministro no 16º Congresso Nacional dos Magistrados do Trabalho (Conamat) e na reunião do Conselho de Representantes da entidade. "Se eu tivesse que eleger um legado único do mandato de Vossa Excelência seria o diálogo, a disponibilidade para ouvir", disse Sant'Anna.

MENSALÃO

A Anamatra divulgou, no dia 14 de novembro, nota pública defendendo a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da Ação Penal n. 470. Na nota, a entidade lembrou que o julgamento não foi político e que os ministros cumpriram a missão atribuída pela Constituição com independência judicial.

POSSES DE AUTORIDADES

Durante o ano de 2012 a Anamatra prestigiou diversas posses de autoridades do Poder Judiciário, entre elas dos ministros Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski, respectivamente, como presidente e vice-presidente do STF e do ministro Teori Zavascki no mês de novembro. A posse do presidente do STF, ministro Ayres Britto, no mês de abril, também contou com a participação de diversos dirigentes da Anamatra. Outra posse que contou com a presença da Anamatra foi dos coordenadores do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho, ocorrida no dia 25 de outubro em Brasília.

TRABALHO VOLUNTÁRIO

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) aprovou, no mês de outubro, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, conselheira Claudia Cardoso de Souza, resolução visando à regulamentação do trabalho voluntário de magistrados aposentados no âmbito de todos os Tribunais Regionais do Trabalho. A aprovação do ato normativo atendeu a pedido de providências formulado pela Anamatra em abril (PP-3461- 38.2012.5.90.0000). A matéria mereceu atenção prioritária das diretorias de Aposentados e Prerrogativas e Assuntos Jurídicos.



PAGAMENTO DE FÉRIAS



A Anamatra protocolou no dia 2 de outubro no CNJ manifestação nos autos do Procedimento de Controle Administrativo (PCA 0003107-62.2012.2.00.0000), do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, no sentido de que o órgão recomende a todos os tribunais do país para que sejam adotadas políticas administrativas visando a possibilitar aos magistrados o gozo efetivo e integral das férias anuais. Para Anamatra, o CNJ deve construir uma solução que contemple as necessidades dos magistrados de, efetivamente, gozarem anualmente seus períodos de férias, sem que fique prejudicado o direito desses de, não o fazendo por interesse público, serem indenizados pelo Erário sem ter que aguardar, para tanto, a passagem à inatividade.

PROMOÇÃO POR MERECIMENTO

Durante o ano de 2012 a Anamatra atuou no STF para que magistrados que figuraram por três vezes consecutivas em lista de promoção por merecimento não fossem preteridos na nomeação ao 2º grau. Em suas manifestações a entidade ressaltou a necessidade do respeito ao ideal democrático do constituinte, preservando a separação entre os Poderes e obedecendo a regras objetivas para a promoção e o acesso dos juízes aos tribunais.

VALORIZAÇÃO DO JUIZ

O presidente da Anamatra e a diretora de Comunicação da entidade, Cléa Couto, participaram no dia 10 de agosto em Belo Horizonte (MG) do lançamento do “Programa Valorização – Juiz valorizado, justiça completa”, criado pelo CNJ. O evento, que aconteceu na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3) e reuniu magistrados da região

Sudeste, contou com a apresentação do conselheiro José Lúcio Munhoz, presidente da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ. Segundo o conselheiro, o objetivo do programa é promover a reflexão sobre os problemas que afetam negativamente a imagem do Judiciário brasileiro.



AFASTAMENTO DIRIGENTE ASSOCIATIVO

O plenário do CNJ ratificou, no dia 3 de julho, liminar no Procedimento de Controle Administrativo (PCA nº 0003693-02.2012.2.00.0000) para autorizar a participação de juízes, que ocupam cargos de direção em associações de classe, em reuniões e demais atividades associativas. A decisão do CNJ deu-se nos termos do voto do relator, conselheiro Jefferson Kravchychyn. Segundo ele, a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da

14ª Região de indeferir a participação do juiz do Trabalho Vitor Leandro Yamada, titular da Vara do Trabalho de São Miguel do Guaporé/RO e diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da Anamatra, em reunião da entidade, no período de 25 a 27 de junho de 2012, aparentou-se nula, vez que não se apoiou em fundamentos jurídicos sustentáveis, mas num juízo hipotético, ferindo preceitos constitucionais.

SIMETRIA COM MP

A Anamatra, em conjunto com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), ingressou como amicus curiae na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4822, de autoria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que defende a constitucionalidade da Resolução nº 133 do CNJ e a Resolução nº 311 do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

As resoluções dizem respeito a simetria e equiparação de vantagens entre a magistratura e o Ministério Público. A Anamatra e AMB defendem que a Resolução não criou novos direitos aos magistrados, mas apenas seguiu jurisprudência do STF, que dispõe que diante da omissão da Loman é possível reconhecer direitos previstos na Constituição Federal.

SÚMULA nº 71

A Anamatra protocolou no STF manifestação contrária à proposta de Súmula Vinculante nº 71. De autoria do ministro Gilmar Mendes, a proposição pretende restringir a concessão de vantagens aos magistrados não previstas na Lei Orgânica da Magistratura (Loman). A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) também foram signatárias do documento, protocolado no dia 15 de maio.

ACRÉSCIMO APOSENTADORIA

A Anamatra ingressou no dia 16 de abril no STF com Mandado de Segurança Coletivo, com pedido de liminar, para que a Presidência da República e o Tribunal de Contas da União (TCU) reconheçam o direito dos magistrados do Trabalho do sexo masculino ao acréscimo de 17% na contagem do tempo de serviço para fins de aposentadoria. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) também foram signatárias do pedido.

CONTA CORRENTE INDIVIDUAL

A Anamatra formulou consulta ao CSJT, com caráter normativo, para tornar inexigível a utilização exclusiva de conta corrente individual para a percepção de proventos de aposentadoria. A matéria mereceu atenção prioritária das diretorias de Aposentados e de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos. Na visão da Anamatra, o art. 10 da Lei nº 9.527/1997 não pode ser aplicado aos magistrados aposentados, cuja aposentação e as correspondentes obrigações deles exigidas são aquelas elencadas na Loman.

RECADASTRAMENTO DE APOSENTADOS

A Anamatra protocolou no CSJT pedido de providências requerendo que seja parcialmente alterada a regulamentação do recadastramento anual dos magistrados aposentados prevista no Ato nº 179/CSJT.GP.SE, de 28 de outubro de 2009. A matéria mereceu atenção prioritária das diretorias de Aposentados e de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos. O pedido da Anamatra foi no sentido de possibilitar que o recadastramento pudesse ser feito em qualquer órgão da Justiça do Trabalho no território nacional.

QUINTO CONSTITUCIONAL

A defesa das vagas fracionárias dos Tribunais referentes ao quinto constitucional para a magistratura também fez parte da atuação da Anamatra em 2012. Exemplo disso foi a participação do vice-presidente da entidade, Paulo Schmidt, e do diretor de Assuntos Legislativos, Germano Siqueira, em julgamento realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (CE), no dia 7 de fevereiro. No julgamento, Schmidt fez sustentação oral defendendo a prevalência da tese, chamando atenção para o entendimento do STF que vigorou da década de 50 até o ano de 1994. O magistrado destacou que a atual composição do Supremo ainda não se manifestou sobre essa matéria, sendo importante que a Anamatra e as Amatras questionem a composição do quinto para vagas fracionárias. O entendimento é de que a carreira da magistratura deve ser prestigiada na composição dos tribunais.

PROPOSTAS DA MAGISTRATURA



O presidente da Anamatra e o vice-presidente da entidade encontraram-se com o então presidente eleito do STF, ministro Carlos Ayres Britto, no dia 28 de março. Na ocasião, os magistrados entregaram ao ministro proposições elaboradas pela diretoria da Anamatra em conjunto com os presidentes das 24 Amatras. As proposições dos magistrados do Trabalho abordam os seguintes temas: Política Remuneratória; Democratização interna do Poder Judiciário; Condições de trabalho e saúde da magistratura; Regime de Previdência; Julgamento de Ações Diretas de Inconstitucionalidade de interesse das carreiras típicas de estado no STF (natureza previdenciária); Simetria com o Ministério Público; e Ação no Âmbito do CNJ: programas de integração e cidadania, com parceria com o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC).

REGRAS DA PREVIDÊNCIA

Na aposentadoria de magistrados e no pagamento de pensão a seus dependentes, as regras a serem observadas são as do artigo 40 da Constituição Federal e não as contidas na Loman. Foi esse o entendimento que prevaleceu entre os membros do CNJ após o julgamento de resposta à consulta feita pela Anamatra, durante a 144ª sessão ordinária, realizada no dia 26 de março. A Anamatra questionava a aplicabilidade dos artigos da Loman que disciplinam os requisitos de aposentadoria dos magistrados, após a entrada em vigor da Emenda Constitucional no 20/1998.

DIRETOR DE SECRETARIA

O Plenário do CNJ, na sessão do dia 28 de fevereiro, reafirmou a prerrogativa do juiz titular de indicar o respectivo diretor de secretaria e aprovou resolução que uniformiza os procedimentos de escolha. A decisão foi tomada por unanimidade após os conselheiros julgarem procedentes dois procedimentos de controle administrativo (PCA), formulados pela Anamatra e pelas Amatras 18 (GO) e 13 (PB), contestando a negativa dos Tribunais Regionais do Trabalho das duas Regiões na nomeação de servidores indicados pelos juízes.

Legislativo

SUBSÍDIOS

Durante todo o ano de 2012 foi intensa a atuação da Anamatra pela política remuneratória da magistratura brasileira (*leia mais em "Destques"*). Diversas audiências foram realizadas durante o ano com parlamentares para discutir o Projeto de Lei nº 7749/2010, que recompõe os subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Durante os encontros, a entidade manifestou-se no sentido de que os magistrados querem é apenas o cumprimen-

to da Constituição Federal no que tange a recomposição do poder de compra dos vencimentos, como é direito de todo trabalhador brasileiro. Apesar da atuação e do trabalho pela recomposição integral, a lei sancionada no dia 31 de dezembro fez a adequação do valor do subsídio aos recursos do Projeto de Lei Orçamentária – PLOA 2013, prevendo reajuste total de 15,8% em três anos (5% em 01/2013, 5% em 01/2014 e 5% e 01/2015).

COMPETÊNCIA PENAL

A atuação da Anamatra pela aprovação da proposta legislativa (PEC nº 327/2009) que transfere para a Justiça do Trabalho a competência penal, especialmente em relação aos crimes relacionados ao trabalho escravo, foi outro destaque do ano de 2012. Em agosto, a Anamatra também discutiu o tema com advogados e auditores fiscais do trabalho. A então secretária de Inspeção do Trabalho, Vera Lúcia Albuquerque, também debateu o tema com os magistrados do Trabalho no mês de julho.



PONTO ELETRÔNICO



A defesa da regulamentação do sistema de controle da jornada determinado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com a adoção obrigatória do Registrador Eletrônico de Ponto (REP) – Portaria 1510/09 foi uma das prioridades de atuação legislativa da entidade durante o ano. Para a Anamatra, a medida é de relevância e vai ao encontro

da promoção de medidas de respeito aos direitos dos trabalhadores. Nesse sentido a Anamatra participou de audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal nos dias 10 de dezembro e 12 de abril, reuniu-se com entidades e o senador Paulo Paim no dia 28 de março e divulgou nota pública.

TRABALHADORES DOMÉSTICOS

A Anamatra atuou em defesa da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 478/10 que estende aos trabalhadores domésticos, tais como babás, cozinheiras e outros empregados em residências, 16 direitos que hoje já são assegurados aos demais trabalhadores urbanos e rurais contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em dezembro, a matéria foi aprovada em segundo turno pela Câmara e seguiu para votação do Senado Federal. A Anamatra defende a aprovação da PEC por entender que atualmente a legislação não garante uma vida digna aos trabalhadores domésticos. Uma das participações da Anamatra no debate foi na audiência pública realizada no dia 27 de março na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.



Legislativo

PARTICIPAÇÃO POPULAR

O integrante da Comissão Legislativa da Anamatra Luiz Antonio Colussi participou no dia 21 de novembro de audiência pública na Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados. O objetivo do encontro, que contou com a participação de diversas entidades da sociedade civil e também de deputados, foi debater a participação popular junto ao Legislativo. Na ocasião o magistrado elogiou a CLP e sugeriu que seja feita alteração no regimento interno da Câmara para que os projetos aprovados pela comissão possam tramitar com mais celeridade. Em 11 anos de existência, apenas três projetos da CLP foram aprovados.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS



A Anamatra participou de diversas audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. A última delas do ano de 2012, no dia 17 de dezembro, teve como objetivo fazer um balanço de todas as audiências realizadas no âmbito da comissão no ano de 2012. Na ocasião, o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, elogiou o trabalho da CDH em debater temas de interesse da sociedade, como terceirização, ponto eletrônico, fundo de previdência, desoneração de folha de pagamento, entre outros.

INTEGRANTES DO CSJT

O diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, Germano Siqueira, reuniu-se no dia 12 de dezembro com o deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP) para tratar do Projeto de Lei (PL) nº 4591/2012, que dispõe sobre a composição, funcionamento e competência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). O parlamentar é relator da proposição na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). O anteprojeto foi aprovado pelo Conselho de Representantes da Anamatra no ano de 2008 e encaminhado depois ao Tribunal Superior do Trabalho como contribuição para a proposta de regulamentação do CSJT.



TRANSPARÊNCIA



O vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt, participou de audiência pública no dia 12 de julho na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal. O objetivo foi fazer um balanço de todas as audiências realizadas no âmbito da comissão durante o primeiro semestre do ano. Na ocasião, o magistrado destacou que os juízes do Trabalho têm posição firme a favor do voto aberto nos diversos conselhos disciplinares existentes na sociedade e defendeu a Lei da Transparência.

TRABALHO INFANTIL

A diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra, Sandra Bertelli, participou de audiência pública no dia 8 de maio na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados (CTASP), para debater o tema: "A erradicação do trabalho infantil: questão de honra para o trabalho decente." Em sua explanação, a juíza destacou que crianças e adolescentes que ingressam precocemente no mundo do trabalho têm seu desenvolvimento comprometido, sujeitos a influências que podem afetar a formação de seu caráter, além de ficarem mais vulneráveis a acidentes de trabalho. Para erradicar o trabalho infantil, segundo a representante da Anamatra, a solução é a educação (*leia mais sobre o tema na editoria "Direitos Humanos"*).



COMISSÃO ESPECIAL

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, o vice-presidente, Paulo Schmidt, e o diretor de Assuntos Legislativos, Germano Siqueira, acompanharam na Câmara dos Deputados a instalação da Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição (PEC 5/2011). De autoria do deputado Nelson Marquẽzelli (PTB-SP), a proposta estabelece que os subsídios do presidente e vice-presidente da República, ministros de Estado, senadores e deputados federais são idênticos aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal.



Legislativo

REMOÇÃO

Ao analisar a tramitação do Projeto de Lei (PL) nº 6366/2009, que tem como objetivo acelerar o processo de remoção de juiz titular no âmbito da Justiça do Trabalho, o diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra afirmou que a proposta trará mais dinâmica para a movimentação da carreira. O texto do anteprojeto, apresentado pelo deputado Paes Landim (PTB-PI), é de autoria da Anamatra. Atualmente, a CLT

prevê o prazo de quinze dias para a remoção dos juízes titulares e promoção de juízes substitutos, sendo que a abertura do processo de promoção só pode ocorrer após as remoções, a partir da vacância da titularidade da unidade judiciária. Ou seja, somente após o término das remoções e não havendo manifestação dos juízes titulares pela remoção é possível abrir o processo de promoção de juiz substituto.

AGENDA POLÍTICO-INSTITUCIONAL

A reafirmação do compromisso assumido pela atual gestão da Anamatra: o integral cumprimento da Constituição Federal, a garantia dos direitos sociais e o respeito às prerrogativas da magistratura. Com esse objetivo a Anamatra lançou no dia 11 de abril na Câmara dos Deputados a sexta edição da Agenda Político-Institucional. O evento, que contou com o apoio da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), reuniu diretores da Anamatra, integrantes do Conselho de Representantes, representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, de entidades parceiras, além de diversos parlamentares.



DISCRIMINAÇÃO RACIAL



A presidente da Amatra 10 (DF e TO), Noemia Porto, representou a Anamatra em audiência pública realizada no dia 12 de abril na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. O encontro contou com a participação de diversas entidades, como o Ministério do Trabalho e Emprego e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, e teve como objetivo discutir as relações de trabalho e a promoção da igualdade racial. Em sua exposição, Noemia defendeu que uma das formas de acabar com a discriminação racial no mundo do trabalho seria a maior rigidez das leis que versam sobre a despedida e afirmou que o Poder Legislativo deve aprimorar as leis que punem a discriminação racial no ambiente de trabalho.

AGENDA DE DIREITOS HUMANOS



O diretor de Formação e Cultura da Anamatra, Narbal Fileti, representou a entidade no dia 18 de abril em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. O encontro, organizado pelo presidente da Comissão, deputado Domingos Dutra (PT-MA), teve como objetivo debater e definir uma agenda de atividades de interesse comum para a promoção dos direitos humanos e cidadania no Brasil. Em sua intervenção, Narbal Fileti falou da atuação da entidade na conjugação do Direito do Trabalho e dos direitos humanos.

ACIDENTES DE TRABALHO



A juíza Noêmia Garcia Porto, presidente da Amatra 10 (DF e TO), representou a Anamatra no dia 23 de abril em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. O encontro, conduzido presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), teve como objetivo discutir a realidade brasileira sobre acidentes de trabalho e se integrou às atividades do Dia Internacional em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho (28 de abril).

EXECUÇÃO TRABALHISTA



O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, participou no dia 26 de abril na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal de audiência pública para discutir o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho nos termos do Projeto de Lei do Senado (PLS 606/2011). Em sua intervenção, o presidente da Anamatra falou da posição favorável da entidade à proposta, segundo ele que vem na linha da efetividade do processo, de torná-lo coisa real.

Legislativo

CAPACIDADE FUNCIONAL



O diretor de Informática da Anamatra, Valter Pugliesi, participou de audiência pública no dia 26 de abril na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. O encontro teve como objetivo debater a consulta pública nº 1 de 30/03/2012, do Ministério da Previdência Social, sobre o tempo estimado para recuperação de capacidade funcional do trabalhador, baseado em evidências. Em sua exposição, o magistrado destacou a importância de se discutir o assunto na semana em que é celebrada homenagem às vítimas de acidentes de trabalho e afirmou que a Anamatra é contrária ao sistema do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), porque o benefício é concedido com uma data de cessação e o segurado tem previamente uma data para retornar ao trabalho sem saber se naquele momento estará capacitado para isso.

CADASTRO DE INADIMPLENTES

A presidente da Amatra 10 (DF e TO), Noemia Porto, representou a Anamatra em audiência pública realizada pelas comissões de Direitos Humanos e de Assuntos Sociais do Senado Federal no dia 5 de março. As exposições e debates giraram em torno de decisão da 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) permitindo que o cadastro de inadimplentes (SPC/Serasa) seja utilizado como critério para a contratação de empregado. Durante sua explanação, Noemia explicou que a decisão diz respeito apenas à empresa envolvida na ação julgada e ponderou o necessário respeito às decisões judiciais. Em relação às proposições legislativas que tramitam no Congresso Nacional, que tratam como discriminatórias as consultas aos cadastros para fins de admissão ou não do trabalhador, a juíza frisou que a nova lei é válida na medida em que auxilia no esclarecimento sobre o sentido da Constituição acerca da igualdade e da liberdade.



IGUALDADE DE GÊNERO



A diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra, Sandra Bertelli, participou de audiência pública no dia 20 de março na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. O tema abordado foi "Trabalho decente, uma questão de gênero". Na ocasião a magistrada ressaltou a necessidade de enviar esforços para a garantia de condições de trabalho decente e para a preservação dos direitos humanos.



TECNOLOGIA

O ano de 2012 marcou o lançamento do novo portal da Anamatra, o que possibilitou a interação com as redes sociais, permitindo o compartilhamento do conteúdo pelo internauta, bem como a sua compatibilidade com os sistemas operacionais de androids, IOS, smartphones, entre outros. A utilização das redes sociais e do canal do Youtube para interação com os usuários também foi aprimorada.

EX-PRESIDENTES

A Anamatra realizou no dia 5 de dezembro a aposição da foto do juiz Luciano Athayde Chaves na galeria de ex-presidentes da entidade. O magistrado, que presidiu a Anamatra no biênio 2009/2011, foi recebido por dirigentes da Anamatra, integrantes do Conselho de Representantes da entidade e juizes do Trabalho de diversas Regiões. Entre os presentes, estiveram os ex-presidentes da entidade Ilce Benevides e Hugo Cavalcanti Melo Filho.



CONGRESSO INTERNACIONAL

O ano de 2012 foi de muitos preparativos para o 7º Congresso Internacional da Anamatra. O evento, que será realizado em Washington D.C. dos dias 1º a 5 de abril de 2013, conta com o apoio da Embaixada e Consulado brasileiros e da International Judicial Academy. A programação preliminar e o edital estão disponíveis no site da Anamatra.



FRENTE ASSOCIATIVA



A Anamatra participou de diversas reuniões da Frente Associativa do Ministério Público e da Magistratura da União (Frentas). Nos encontros, magistrados e membros do Ministério Público discutiram temas de interesse das duas classes, com destaque para projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional que tratam da reposição dos subsídios e de estratégias comuns na luta pelo estabelecimento de uma política remuneratória para as duas carreiras.

NOVOS JUÍZES

Dirigentes da Anamatra receberam no ano de 2012 duas turmas de novos juizes que estiveram em Brasília para o Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat). Os novos magistrados tiveram a oportunidade de conhecer a sede da entidade e saber mais sobre sua atuação e objetivos. Os novos juizes também ouviram o presidente da Anamatra sobre a relação entre profissionais na Justiça do Trabalho, nos dias 9 de março e 19 de outubro dentro do módulo “Deontologia Profissional”.



AUTOGESTÃO

O Conselho de Representantes da Anamatra criou comissão para estudar a viabilidade de um plano de saúde de autogestão para a Justiça do Trabalho. A deliberação foi por uma atuação junto ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho com a finalidade de buscar a majoração da verba destinada à assistência médica distribuída aos 24 Tribunais Regionais do Trabalho. A iniciativa do Conselho de Representantes da Anamatra tem fundamento na pesquisa sobre a saúde e as condições do exercício profissional dos magistrados trabalhistas, realizada pela Anamatra, que diagnosticou, entre outras coisas, que 41,5% dos juizes do Trabalho sofrem de depressão.

REVISTA TRABALHISTA



A Anamatra publicou no ano de 2012 duas edições da Revista Trabalhista Direito e Processo. A Comissão Editorial da Revista é coordenada pelo diretor de Formação e Cultura da Anamatra, Narbal Fileti. A publicação é um importante veículo crítico de divulgação de ideias na área do Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, com ênfase em matérias atinentes à nova competência da Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional nº 45 e aos impactos do Processo Civil no Processo do Trabalho. Também aborda outros ramos do Direito e do conhecimento, desde que guardem relação com o mundo do trabalho e com a atuação da Justiça.

PRÊMIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO E JUSTIÇA

A Anamatra ficou em primeiro lugar em duas categorias do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, edição 2012: Jornal e Publicação Especial. O informativo da entidade – Jornal Anamatra - e a Cartilha do Direito Internacional do Trabalho foram premiados durante cerimônia realizada no dia 29 de junho em Fortaleza (CE). As publicações foram produzidas pelas assessorias de Imprensa e de Comunicação da Anamatra sob a coordenação da diretora de Comunicação, Cléa Couto. A coordenação da produção da Cartilha também teve a participação da diretora de Cidadania e Direitos Humanos, Sandra Bertelli, e da Comissão Nacional do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania.



DOAÇÃO



Em uma iniciativa da Anamatra e da Amatra 1 (RJ), a lona utilizada no fundo de palco do 3º Encontro Nacional dos Magistrados do Trabalho Aposentados, que aconteceu no Rio de Janeiro, foi doada à ONG TemQuemQueira, que promove oficinas de capacitação para detentos e moradores de comunidades pacificadas no Rio de Janeiro. O material servirá para a produção de bolsas, necessaires e jogos americanos. A diretora de Comunicação da Anamatra e vice-presidente da Amatra 1 (RJ), Cléa Couto, e a presidente da Amatra1, Áurea Sampaio, fizeram a entrega pessoalmente.

HOMENAGEM



O presidente da Anamatra recebeu homenagem no dia 2 de junho durante o 5º Ciclo Regional de Palestras de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, realizado em Ribeirão Preto (SP). O evento é realizado desde 2011 e é chamado de Ciclo Bem Direito, porque doa o dinheiro arrecadado com as inscrições a instituições que cuidam de doentes de câncer.

CORTE INTERNACIONAL

O Brasil terá, pela segunda vez na história, um representante na Corte Interamericana de Direitos Humanos. O advogado Roberto de Figueiredo Caldas foi eleito no dia 5 de junho, durante a 42ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em Cochabamba (Bolívia). A indicação do advogado feita pela presidente da República, Dilma Rousseff, no início do ano, contou com o apoio do Conselho de Representantes da Anamatra, que divulgou moção lembrando a atuação do jurista em prol dos direitos sociais e ressaltando que a defesa dos direitos humanos é interesse de toda a magistratura do Trabalho. Caldas também visitou a sede da entidade em Brasília no mês de março.



SINDICALISMO



O presidente da Anamatra participou em abril da solenidade de abertura do Seminário sobre Liberdade Sindical e os Novos Rumos do Sindicalismo no Brasil, evento promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e que teve a Anamatra como uma das entidades apoiadoras. Diversas autoridades prestigiaram a solenidade, entre elas o então presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Carlos Ayres Britto, e a diretora do departamento de normas internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Cleopatra Doumbia-Henry.

AÇÕES REGRESSIVAS

A Anamatra manifestou-se pela competência da Justiça do Trabalho para o julgamento das ações regressivas acidentárias ajuizadas pela Previdência Social contra os responsáveis pela negligência quanto às normas de segurança e higiene do trabalho. Para a Anamatra, a Justiça do Trabalho é a competente para apreciar a matéria, assim como já acontece com as ações indenizatórias por acidente do trabalho.



CONTRA VIOLÊNCIA

No mês de janeiro a Anamatra divulgou nota de repúdio à violência praticada contra juízes e servidores do Fórum de Rio Claro, no interior de São Paulo. No dia 12 daquele mês, uma explosão deixou dois servidores feridos. Segundo informações à época, o artefato, uma bomba caseira, foi uma tentativa de inibir a atuação de uma magistrada.

EXPANSÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO



Os presidentes da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, reuniram-se no dia 17 de julho para avaliar a possibilidade de atuação conjunta das duas entidades para a ampliação da estrutura da Justiça do Trabalho com a criação de Varas e cargos em tribunais.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

O presidente da Anamatra recebeu no dia 10 de maio na sede da entidade representantes da Federação dos Trabalhadores no Comércio e no Setor de Serviços do DF (Fetracom) e do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Embaixadas, Consultados, Organismos Internacionais e Empregados que Laboram para Estado Estrangeiro ou para membros do Corpo Diplomático Estrangeiro no Brasil (Sindnações). Na ocasião, os sindicalistas levaram ao magistrado a preocupação com os direitos dos trabalhadores de organismos internacionais. Nesse sentido, os representantes das duas entidades informaram ao presidente que a situação atinge cerca de 10 mil pessoas no Distrito Federal.



FORÇAS DE SEGURANÇA

A Anamatra manifestou-se no dia 13 de fevereiro acerca dos movimentos grevistas desencadeados por corporações militares e de segurança, a exemplo dos policiais militares da Bahia e Rio de Janeiro. Na ocasião, a entidade repudiou a violência armada como meio de potencializar movimentos reivindicatórios e defendeu a instauração de diálogo para a solução dos impasses.

CONVÊNIOS

Além dos convênios com parceiros antigos, a exemplo das montadoras Honda, Subaru, Hyundai, e das marcas Brastemp, Consul, Walmart, Sony, entre outras, a Anamatra, em 2012, firmou convênio na área de formação com a Universidade de Sevilla para participação dos associados no Curso Avançado de Direito do Trabalho, um curso de especialização para magistrados do Trabalho.

Aposentados

VISITAS

O trabalho da diretora de Aposentados, Terezinha Kineipp, foi intenso em 2012. A magistrada visitou os associados à Anamatra em vários estados, como Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Rio de Janeiro, entre outras regiões, sempre com o objetivo de estar mais próxima dos colegas aposentados e ouvir reivindicações e sugestões. Além disso, a diretora esteve com várias autoridades para pleitear assuntos de interesse dos magistrados do Trabalho aposentados, além de ter participado de diversos eventos da Anamatra e audiências no Congresso Nacional.

AMATRA 10



Diversos magistrados do Trabalho aposentados participaram em Santiago, no Chile, do 1º Encontro Anual dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região (DF e TO). Na ocasião, Terezinha Kineipp, que representou a entidade, defendeu a união de todos os magistrados no fortalecimento das associações na busca de um Poder Judiciário mais forte e do respeito e cumprimento dos direitos e prerrogativas da magistratura trabalhista.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

A diretora de Aposentados representou a entidade na sessão Extraordinária do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região para apreciação do pedido de aposentadoria da desembargadora Heloísa Pinto Marques, decana da Região. Heloísa é oriunda da 2ª Região (SP) e chegou em Brasília em 1982 para fazer parte da primeira composição do TRT-10, tendo sido a primeira mulher a presidir o Tribunal (1988/1990) e a primeira convocada para compor o Tribunal Superior do Trabalho.



DIREITOS E PRERROGATIVAS

A diretoria de Aposentados da entidade também atuou em assuntos relativos aos direitos e prerrogativas dos aposentados, a exemplo da regulamentação do trabalho voluntário no âmbito da Justiça do Trabalho (leia mais na editoria "Judiciário, CNJ e CSJT"). Ainda na seara de prerrogativas foi apresentado ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) pedido de providências para elaboração de proposta de preparação para aposentadoria no âmbito dos TRTs, que aguarda parecer do órgão.

3º ENCONTRO NACIONAL DE magistrados do trabalho aposentados

ATIVOS PARA UMA APOSENTADORIA PLENA

3º ENCONTRO

A Anamatra realizou, de 2 a 5 de agosto na cidade de Rio de Janeiro, o 3º Encontro Nacional dos Magistrados do Trabalho Aposentados – Ativos para uma aposentadoria plena. O evento, que contou com a parceria da Amatra 1 (RJ) para a realização, teve a participação de cerca de 100 magistrados e acompanhantes, além dos membros da diretoria da Anamatra e do Conselho de Representantes. O encontro contou com conferências e painéis com assuntos relativos à aposentadoria, além de exposições literárias e artísticas dos magistrados. Além disso, Terezinha Kineipp realizou reunião com os diretores de aposentados das Amatras.



ENGAJAMENTO

Durante a reunião do Conselho de Representantes da Anamatra realizada no dia 29 de fevereiro a diretora de Aposentados pediu a colaboração dos presidentes das Amatras nas questões ligadas aos aposentados. Entre os pedidos estiveram a necessidade da criação da diretoria de aposentados nas associações regionais, o incentivo à participação dos aposentados nos eventos organizados pela Anamatra e o empenho, junto aos parlamentares dos seus estados, no sentido da aprovação proposta legislativa que prevê a extinção da contribuição previdenciária para os aposentados.



16º CONAMAT

A diretora de Aposentados da Anamatra reuniu-se no mês de fevereiro com o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Alberto Bresciani, para falar sobre o painel dedicado aos aposentados no 16º Conamat (*leia mais na editoria "Destaques"*). Durante o encontro os magistrados discutiram os temas dos painéis dos aposentados no evento. A diretora aproveitou a oportunidade para apresentar a síntese da pesquisa encomendada pela Anamatra sobre a saúde dos magistrado.



PRÊMIO ANAMATRA DE DIREITOS HUMANOS



A Anamatra premiou no dia 28 de novembro os vencedores da 5ª edição do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos. A cerimônia aconteceu no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-SP) e contou com a participação de presidentes das Amatras, magistrados de diversas Regiões e desembargadores do Tribunal. Antes da entrega, a procuradora do Estado de São Paulo Flávia Piovesan proferiu palestra sobre o tema. O lançamento da quinta edição do Prêmio aconteceu no dia 26 de abril no Tribunal Superior do Trabalho (TST). A novidade da edição ficou por conta da inserção da categoria "Programa Trabalho, Justiça e Cidadania", bem como a divisão da categoria "Imprensa" em quatro categorias, incluindo fotografia.



CÓDIGO PENAL

A diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra, Sandra Bertelli, e o juiz Guilherme Feliciano, da Comissão Legislativa da entidade, estiveram no dia 4 de dezembro com o coordenador da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, José Guerra. A Comissão congrega diversas entidades, entre elas a Anamatra. No encontro, os magistrados entregaram ao coordenador proposta de emenda ao PLS nº 236/2012, que reforma o Código Penal Brasileiro. O objetivo da entidade com a iniciativa é alterar artigos para reduzir o déficit de efetividade das normas penais que criminalizam o trabalho escravo contemporâneo e as figuras análogas.

CONATRAE

A Anamatra participou durante o ano de 2012 das reuniões da comissão executiva da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), da qual a Anamatra é integrante. Durante os encontros foram discutidos diversos assuntos, em especial a atuação pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (*leia mais na editoria "Destaques"*), que prevê o confisco de terras onde for encontrado trabalho em situação de escravidão. Na primeira reunião do ano, ocorrida no dia 10 de janeiro, a diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra, Sandra Bertelli, distribuiu aos participantes exemplares da Cartilha do Direito Internacional do Trabalho, publicação da Anamatra produzida em parceria com a OIT em Português, Espanhol, Inglês e Francês.

Direitos Humanos

TRABALHO SEGURO

Um dos destaques do ano de 2012 foi a atuação conjunta da Anamatra em parceria com o Tribunal Superior do Trabalho, em prol da prevenção de acidentes do trabalho no Brasil. Durante o 16º Congresso Nacional dos Magistrado do Trabalho (leia mais na editoria “Destaques”), as 24 Amatras, a exemplo do que já havia ocorrido com a Anamatra, aderiram ao protocolo de cooperação com o Tribunal, os ministérios da Saúde, da Previdência e do Trabalho e a Advocacia-Geral da União (AGU). O objetivo foi o de conjugar esforços para a implementação de programas e ações voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.

Nesse sentido, a Anamatra também participou de diversos eventos promovidos pelo TST, a exemplo dos atos públicos ocorridos no Rio de Janeiro no dia 2 de fevereiro, em São Paulo no dia 14 de maio, e no dia 4 de julho em Brasília. Durante alguns desses eventos os magistrados do Trabalho levaram noções de cidadania aos trabalhadores por meio do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (*leia mais a seguir, na sessão “Trabalho, Justiça e Cidadania”*). A Anamatra também iniciou a preparação de uma cartilha sobre o tema, nos moldes da Cartilha do Trabalhador em Quadrinhos.



TRABALHO DECENTE

A juíza Sandra Bertelli, diretora de Direitos Humanos da Anamatra, representou a entidade na Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (CNETD), realizada em Brasília. O evento, que contou com a participação de diversos outros juízes do Trabalho, teve como objetivo a promoção de um amplo debate no território nacional envolvendo a temática das políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social, na perspectiva da construção e promoção de uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente a partir das prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente de 2010.

Ainda sobre o tema a juíza Luciana Conforti, do Conselho Fiscal da Anamatra, e o juiz Narbal Fileti, diretor de Formação e Cultura, representaram a entidade no Seminário Trabalho Decente no Brasil - Avanços no Período de 2006 a 2011 no dia 27 de junho no Ministério da Previdência Social (MPS). O evento foi organizado pela Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados com o apoio do Ministério da Previdência e do Ministério o Trabalho e Emprego.



TRABALHO INFANTIL

Bandeira histórica da Anamatra a luta pela erradicação do trabalho infantil também mereceu atenção especial durante o ano de 2012. Exemplo disso foi o apoio da Anamatra ao Seminário Trabalho Infantil, Aprendizagem e Justiça do Trabalho, realizado pelo Tribunal Superior do Trabalho no dia 9 de outubro com a participação de diversos juízes do Trabalho, entre outras autoridades.

A entidade também participou de audiências públicas sobre o tema (leia mais na editoria "Legislativo"), bem como de reuniões do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) por meio as integrantes da Comissão de Direitos Humanos Andréa Nocchi e Luciana Conforti. Durante os encontros, os participantes debateram diversos temas pertinentes à erradicação do trabalho infantil, bem como discutiram ações preparatórias para a Conferência Global de



Erradicação do Trabalho Infantil, que ocorrerá em junho de 2013.

Outro destaque foi a publicação do artigo "Trabalho Infantil: uma afronta ao trabalho decente", de autoria da diretora Sandra Bertelli na revista eletrônica Consultor Jurídico.

JUSTIÇA E CIDADANIA PARA MILHARES DE JOVENS



O Programa Trabalho, Justiça e Cidadania da Anamatra continuou expandindo suas atividades em todo o Brasil durante o ano de 2012 por meio do trabalho das Amatras e parceiros. Entre seminários de capacitação para professores, convênios, parcerias e culminâncias, o Programa atingiu cerca de 28 mil alunos, mais de mil professores em 118 escolas no Distrito Federal e nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Ceará, Pará, Paraná, Paraíba, Campinas e Região, Maranhão, Espírito Santo, Goiás, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e Mato Grosso. Mais de 75 mil exemplares da Cartilha do Trabalhador em Quadrinhos foram distribuídos para alunos e trabalhadores.

Além das escolas e universidades, o ano de 2012 trouxe algumas novidades, a exemplo da aplicação do TJC com ênfase nos trabalhadores da construção civil por meio da presença dos magistrados nos estádios das obras da Copa do Mundo de 2014 como uma ação do Programa Trabalho Seguro, do Tribunal Superior do Trabalho, do qual a Anamatra e as 24 Amatras são entidades parceiras. Em 2013, a Anamatra lançará cartilha em quadrinhos, a exemplo da Cartilha do Trabalhador, com a temática de prevenção de acidentes do trabalho. Outras inovações foram a aplicação do Programa em uma instituição para menores infratores no Rio Grande do Sul (Fase), bem como em uma comunidade boliviana em São Paulo, local com incidência da exploração do trabalho escravo.



VÍDEO

O novo vídeo institucional do TJC foi lançado em 2012 e exibido pela primeira vez durante o 16º Conamat. O vídeo faz um apanhado das atividades desenvolvidas pelo Programa em todo o Brasil, mostrando todas as fases de sua aplicação. Traz também as estatísticas do Programa até 2011 e retrata o reconhecimento internacional que o Programa obteve da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o que possibilitou a publicação de cartilhas em vários idiomas, que são utilizadas pelos professores juntamente com a Cartilha do Trabalhador em Quadrinhos.

NOVOS JUÍZES

Durante duas ocasiões no ano de 2012, novos juízes tiveram oportunidade de conhecer o Programa TJC, que foi apresentado nos dias 18 de outubro e 1º de março. Nesse dois dias, o juiz Gustavo Vieira, da Comissão Nacional do Programa, falou aos magistrados que estiveram em Brasília para o Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat) sobre as diretrizes e funcionamento do Programa. Os magistrados tiveram oportunidade de assistir ao vídeo sobre o TJC, além de receberem material institucional sobre a iniciativa.



ACIDENTES DE TRABALHO



O Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, idealizado pelo TST e que teve o apoio da Anamatra (leia mais na nota “Trabalho Seguro”), também contou com a atuação do TJC. No dia 6 de março, a diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra, Sandra Bertelli, e integrantes da Comissão Nacional do Programa apresentaram a iniciativa da Anamatra aos gestores do Programa do TST. Na ocasião, a magistrada ressaltou que a prevenção de acidentes de trabalho está intimamente ligada à ideia de educação, conscientização do trabalhador sobre seus direitos e também sobre a necessidade de se manter o ambiente de trabalho saudável e evitar acidentes e doenças típicas. A coordenadora nacional do TJC, Eliete Telles, e o juiz Gustavo Vieira, membro da Comissão Nacional do Programa, também relataram aos juízes gestores um pouco da experiência com o TJC.

SIMPÓSIO EM SÃO PAULO

Participantes do 1º Simpósio de Prevenção de Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais, evento promovido no dia 20 de abril pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, tiveram a oportunidade de conhecer o Programa TJC. A apresentação foi feita pela diretora de Direitos Humanos e pela integrante da comissão nacional do TJC Beatriz Lima, ambas magistradas na 2ª Região.



ENCONTRO NACIONAL DO TJC



Representantes das Amatras, membros da Comissão Nacional do TJC e a diretora de Direitos Humanos da Anamatra reuniram-se em Aracaju (SE) no mês de novembro para fazer um balanço da aplicação do Programa em 2012. Os juízes do Trabalho que participaram do Encontro também se reuniram em grupos

e traçaram um plano de gestão para o ano de 2013, o que inclui o lançamento de uma cartilha em quadrinhos sobre acidentes de trabalho, a criação de um banco de boas práticas sobre o Programa e de um site com todas as informações sobre o TJC, entre outras deliberações.